

# SEGURANÇA ALIMENTAR, CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: PARADOXOS E DESAFIOS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

## FOOD SECURITY, GROWTH OF AGRICULTURAL EXPORTS, AND PUBLIC POLICIES: PARADOXES AND CHALLENGES OF CONTEMPORARY BRAZIL

Rafael Telch Flores<sup>1</sup>, Amílcar Machado Profeta Filho<sup>2</sup>, Mirian Beatriz Schneider<sup>3</sup>, Valdir Antonio Galante<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutorando pelo PGDRA da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [raffa\\_adm@hotmail.com](mailto:raffa_adm@hotmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3329661265040366>. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-4024-1092>

<sup>2</sup> Doutorando pelo PGDRA da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [amilcar.filhopr@gmail.com](mailto:amilcar.filhopr@gmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7295073889385706>. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-2254-3100>

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA). E-mail: [mirian.braun@unioeste.br](mailto:mirian.braun@unioeste.br).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9335877867055216>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6159-3637>

<sup>4</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA). E-mail: [valdir.galante@unioeste.br](mailto:valdir.galante@unioeste.br).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1886825328621763>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4850-6153>

### RESUMO

O presente artigo analisa os paradoxos estruturais relacionados à segurança alimentar no Brasil contemporâneo, especialmente diante da crescente expansão das exportações agrícolas. Embora o país se destaque como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos, parcela significativa da população ainda enfrenta insegurança alimentar. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter teórico-analítico, fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, valendo-se de dados de organismos nacionais e internacionais. Discute-se o aparente paradoxo entre o desempenho agroexportador brasileiro e a persistência da fome, articulando reflexões sobre o papel do Estado, a influência de atores globais e as limitações das políticas públicas. A análise evidencia que, apesar de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), ainda prevalece uma lógica econômica voltada ao mercado externo em detrimento da soberania alimentar interna.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar; Exportações Agrícolas; Paradoxo; Fome; Políticas Públicas.

### ABSTRACT

*This article analyzes the structural paradoxes related to food security in contemporary Brazil, especially in light of the growing expansion of agricultural exports. Although the country stands out as one of the world's largest food producers and exporters, a significant portion of the population still faces food insecurity. The research, which is qualitative and theoretical-analytical in nature, is based on a review of the literature and documents, using data from national and international organizations. It discusses the apparent paradox between Brazil's agro-export performance and the persistence of hunger, articulating reflections on the role of the state, the influence of global actors, and the limitations of public policies. The analysis shows that, despite initiatives such as the Food Acquisition Program (PAA) and the institutionalization of the National Food and Nutritional Security Policy (PNSAN), an economic logic focused on the foreign market still prevails, to the detriment of internal food sovereignty.*

**Keywords:** Food Security; Agricultural Exports; Paradox; Hunger; Public Policies.

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar dos expressivos avanços tecnológicos obtidos nas últimas décadas, a herança histórica de uma economia agroexportadora orientada majoritariamente para os mercados internacionais ainda se mantém como traço estruturante da dinâmica econômica brasileira. Embora os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2015) tenham promovido significativos avanços nas políticas públicas voltadas ao setor agroalimentar, persistem contradições estruturais que fragilizam a segurança alimentar e aprofundam desigualdades socioeconômicas no campo.

A partir desse contexto, o presente artigo busca responder à seguinte problemática central: como explicar o paradoxo brasileiro no qual um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo convive, simultaneamente, com persistentes níveis de insegurança alimentar? Além disso, procura-se analisar, qual é o papel das políticas públicas na mediação das tensões entre a orientação exportadora do setor agropecuário e as necessidades de abastecimento do mercado interno.

Nessa perspectiva, a discussão acerca da oferta de alimentos no Brasil deve ser analisada à luz do conceito de segurança alimentar e nutricional, especialmente a partir de sua institucionalização conceitual com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei nº 11.346/2006). Nesse sentido, compreende-se que a segurança alimentar e nutricional está diretamente relacionada à efetivação do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos em quantidade suficiente e com qualidade adequada, sem comprometer o atendimento de outras necessidades essenciais dos indivíduos.

Tal compreensão pressupõe, ainda, a garantia desse direito por meio da formulação e da

implementação de políticas públicas capazes de articular diferentes dimensões relacionadas à produção, ao abastecimento, à distribuição e ao consumo de alimentos. Desse modo, a análise da dinâmica agroalimentar nacional não deve restringir-se aos níveis de produção, mas também considerar as condições institucionais, econômicas e sociais que condicionam o acesso efetivo da população à alimentação (Vasconcellos; Moura, 2018).

Além desta introdução, o artigo está estruturado em cinco seções. A segunda seção apresenta a metodologia adotada no estudo, descrevendo os procedimentos utilizados na construção da pesquisa, bem como as etapas de levantamento, seleção e análise das referências e dos documentos que fundamentam a discussão proposta.

A terceira seção discute o paradoxo da segurança alimentar no Brasil: ainda que agricultores e pecuaristas tenham protagonizado uma expressiva revolução produtiva nas últimas décadas, os índices de insegurança alimentar permanecem alarmantes, sobretudo entre as populações em situação de maior vulnerabilidade social.

Na sequência, a quarta seção aprofunda a análise das dinâmicas agrárias e das exportações brasileiras, reforçando o paradoxo já apontado: a produção agropecuária nacional é amplamente suficiente para garantir a segurança alimentar do país. Entretanto, os produtores tendem a priorizar mercados mais lucrativos. Dessa forma, argumenta-se que cabe ao Estado – por meio de políticas públicas e de parcerias público-privadas eficazes – tornar o mercado interno mais atrativo, assegurando condições sustentáveis para o abastecimento nacional.

A quinta seção examina, de modo crítico, as políticas públicas voltadas à segurança alimentar. São revisitadas iniciativas relevantes, como os programas Bolsa Alimentação,

Seguro Safra e Auxílio Gás, introduzidos ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, bem como as ações implementadas nas gestões do governo Lula, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Ainda que consistentes, tais políticas carecem de aperfeiçoamentos e de aplicação efetiva para assegurar impactos duradouros na segurança alimentar da população brasileira.

Por fim, a sexta e última seção apresenta as considerações finais, sintetizando os principais achados da pesquisa e apontando caminhos possíveis para o enfrentamento das contradições estruturais identificadas, sobretudo aquelas relativas à dualidade entre produção para exportação e garantia de abastecimento interno.

## 2. METODOLOGIA

O presente texto foi desenvolvido em três etapas. Em um primeiro momento, realizaram-se análises com o intuito de definir com maior acuidade o objeto de investigação. Para isso, foram efetuadas buscas preliminares em ambiente virtuais, como Google e Google Acadêmico (Google Scholar), utilizando-se descritores como “segurança alimentar”, “segurança alimentar e nutricional”, “exportações agrícolas” e “paradoxo alimentar no Brasil”. Essas buscas tiveram como finalidade identificar produções acadêmicas e referências teóricas capazes de contribuir para a delimitação do tema e para a construção do referencial analítico do trabalho. Apesar de inúmeros estudos correlacionados à segurança alimentar no Brasil, algumas dificuldades estiveram presentes durante o aprofundamento da pesquisa. Entre elas, destacou-se a necessidade de estabelecer um equilíbrio analítico entre políticas públicas de segurança alimentar, sua dimensão temporal

(passado / presente) e os avanços observados nesse campo. Paralelamente, buscou-se fundamentar a análise em programas governamentais amplamente reconhecidos, bem como em legislações pertinentes aos objetos temáticos abordados no artigo.

Em um segundo momento, o texto foi submetido à apreciação de dois professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – *Campus Toledo*). As contribuições desses docentes foram fundamentais para amadurecimento e aprimoramento do trabalho, tanto pela incorporação de novas interpretações e ideias quanto pelas sugestões, pelos questionamentos e pelas indicações de referências bibliográficas relevantes. Nesse processo, o diálogo entre discentes participantes também se mostrou constante. Foram incorporados novos estudos ao debate, incluindo capítulos de livros e artigos científicos, o que possibilitou maior aprofundamento analítico e contribuiu para o fortalecimento da coerência argumentativa do texto.

Em um terceiro momento, foram realizadas revisões finais e ajustes a partir das observações apresentadas no parecer da Revista de Agricultura da ESALQ, para a qual o artigo foi submetido à avaliação por pares. Para viabilizar essa etapa de revisão e finalização, as atividades foram organizadas de forma colaborativa em um ambiente compartilhado no Google Drive, permitindo que cada participante contribuísse de forma equilibrada e transparente para o aprimoramento do estudo.

Salienta-se que as pesquisas começaram em 2024 e foram concluídas no primeiro semestre de 2026. Levando em conta a importância da temática pesquisada, acredita-se que os procedimentos metodológicos foram adequados para o desenvolvimento da análise

proposta.

### 3. PROBLEMÁTICAS DOS PARADOXOS

A agropecuária brasileira e seu complexo agroindustrial vivenciaram avanços estruturais significativos ao longo das últimas décadas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, consolidando-se como um dos pilares estratégicos do desenvolvimento econômico nacional. Segundo dados recentes da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), relativos à safra 2024/2025, a produção estimada de grãos alcança 330,3 milhões de toneladas – um crescimento expressivo que reflete a robustez, a eficiência e o alto grau de modernização do setor (CONAB, 2025).

Esse desempenho decorre da articulação de múltiplos fatores. Destacam-se, nesse processo, o protagonismo dos produtores rurais, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na década de 1970 e a crescente atuação de universidades e institutos de pesquisa, que desempenharam papel decisivo na geração de tecnologias adaptadas às condições edafoclimáticas do território nacional. Tais inovações possibilitaram ao Brasil alcançar a condição de um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos, conferindo ao setor agropecuário nacional elevado grau de sofisticação científica e tecnológica.

Paradoxalmente, no plano global, a segurança alimentar continua a enfrentar desafios significativos. Dados recentes do relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World* mostram que o número de indivíduos em situação de subnutrição atingiu seu pico em 2021, com aproximadamente 708,7 milhões de pessoas, recuando posteriormente para 695,2 milhões em 2022 e cerca de 688,4 milhões em 2023, após revisão metodológica

realizada pela FAO (FAO *et al.*, 2025).

Embora esses dados revelem uma redução recente, os números ainda permanecem elevados, o que denota a persistência de um dilema estrutural de acesso à alimentação em escala global, sobretudo nas regiões mais vulneráveis. Esse cenário demonstra que, apesar da expansão da produção de alimentos no mundo nas últimas décadas, a insegurança alimentar continua associada a fatores estruturais, como desigualdade de renda, a instabilidade econômica e as assimetrias presentes no sistema alimentar no plano internacional.

De fato, nas últimas quatro décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, observou-se um crescimento significativo na produção global de alimentos. Segundo dados da FAO, a produção mundial de cereais passou de aproximadamente 1,4 bilhão de toneladas em 1980 para mais de 2,7 bilhões de toneladas em 2022, refletindo avanços tecnológicos, ganhos de produtividade agrícola e modernização dos sistemas produtivos (FAO, 2024).

Apesar desse aumento expressivo na oferta global de alimentos, milhões de pessoas continuam enfrentando fome, miséria e subnutrição. Tal realidade indica que as causas estruturais da insegurança alimentar estão mais associadas à desigualdade de acesso e à concentração de renda do que propriamente à escassez de alimentos. Em outras palavras, o problema não reside apenas na disponibilidade de alimentos, mas na profunda concentração de renda e de poder geopolítico, que compromete a equidade na distribuição dos recursos alimentares em escala planetária. Países da América Latina ilustram, de forma expressiva, este paradoxo: grandes exportadores de produtos agropecuários convivem, internamente, com elevadas taxas de pobreza e insegurança alimentar (Hespanhol; Hespanhol, 2010).

Nesse cenário, a assimetria na distribuição global de poder econômico e político emerge como um dos vetores centrais da perpetuação das desigualdades entre as nações. As economias centrais moldam as dinâmicas do comércio internacional, influenciando diretamente as agendas públicas dos países em desenvolvimento e submetendo-os a modelos econômicos centrados na exportação de produtos primários – frequentemente em detrimento das demandas internas. Em contextos de dependência estrutural, como no caso brasileiro, as margens de autonomia para implementar políticas eficazes de segurança alimentar tornam-se severamente reduzidas (UNICEF, 2022).

Chesnais (1996), ao discutir o conceito de “mundialização da economia”, fornece subsídios teóricos fundamentais para compreender os efeitos deletérios dessa lógica. Segundo o autor, a integração internacional dos mercados tem sido acompanhada por uma subordinação dos países periféricos ao capital transnacional, o que esvazia sua soberania econômica e compromete a implementação de políticas sociais estruturantes, particularmente no campo alimentar. Como resultado, observa-se um enfraquecimento da capacidade estatal de proteger populações vulneráveis em contextos de instabilidade global.

Essa contradição estrutural manifesta-se de modo contundente na América Latina: enquanto os países exportam volumes expressivos de alimentos, suas populações enfrentam insegurança alimentar crônica – uma realidade que atende a interesses geoeconômicos, ao passo que aprofunda a condição periférica e a vulnerabilidade sistêmica dessas economias. Embora o Estado brasileiro tenha promovido incentivos à agropecuária, persistem desafios substanciais. Segundo o Boletim Informativo da FAEP (2019), intitulado “Brasil: gigante do agro com poucos subsídios”, os produtores rurais – frequentemente enaltecidos como

heróis da economia – enfrentam escasso apoio institucional. A decisão do então ministro Paulo Guedes de cortar R\$ 10 bilhões do Plano Safra 2019/2020 simboliza a ausência de uma política estruturada e consistente para o setor, alheia aos ciclos ideológicos de direita ou esquerda, mas reveladora de uma histórica negligência governamental.

A instabilidade socioeconômica no meio rural tende a agravar a insegurança alimentar. Apesar do papel central do agronegócio na geração de divisas e no equilíbrio da balança comercial, sua expansão tem sido acompanhada por patologias sociais e econômicas. Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) destacam o paradoxo vivido em 2020: o Brasil bateu recordes na produção de grãos e carnes, enquanto os preços dos alimentos dispararam, inviabilizando o acesso à alimentação adequada para amplas parcelas da população. Isso contribuiu para o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e nutricionalmente pobres, com efeitos deletérios sobre a saúde pública e os índices de segurança alimentar.

Esse fenômeno está estreitamente vinculado à inserção subordinada do Brasil no mercado global, especialmente em um contexto de valorização do dólar e deterioração da moeda nacional. Cunha, Lélis e Linck (2021) argumentam que países de renda elevada são menos vulneráveis a choques cambiais, ao passo que economias emergentes, como o Brasil, enfrentam maior exposição a esses riscos. Tal exposição intensifica a volatilidade dos investimentos e limita os ganhos de produtividade.

Complementarmente, Gremaud (2018) observa que, em contextos de instabilidade econômica, os efeitos inflacionários comprometem a previsibilidade dos preços relativos, dificultando os investimentos e obscurecendo a taxa de câmbio. Essa dinâmica penaliza especialmente as camadas sociais mais pobres, que sofrem perdas proporcionais

mais intensas em seu poder de compra.

Maluf (2020) alerta que os índices de insegurança alimentar grave, que vinham crescendo ao longo da década de 2010, se intensificaram entre 2018 e 2020, sobretudo após o início da pandemia de COVID-19, revelando a vulnerabilidade estrutural do sistema alimentar brasileiro.

No que se refere aos produtores, são notórias as assimetrias informacionais que dificultam a tomada de decisão, especialmente quanto ao custeio de safras e à oscilação de preços no mercado global. Panitch e Gindin (2012) enfatizam o domínio das grandes corporações transnacionais sobre toda a cadeia produtiva – desde a fabricação de insumos até a comercialização final. Sob a égide do liberalismo global, organizações multilaterais, instituições financeiras e ONGs ampliam seu poder de influência em diferentes territórios, frequentemente reconfigurando políticas públicas nacionais.

No caso de organismos internacionais como a ONU, a OCDE e o Banco Mundial, observa-se uma crescente atuação na definição de diretrizes públicas, especialmente nas áreas ambiental, educacional e alimentar. A Agenda 2030, promovida pela ONU, simboliza essa reconfiguração. Ainda que suscite críticas e elogios, a presente reflexão se propõe a examinar criticamente seus desdobramentos, sem recorrer a juízos morais.

Por fim, as mudanças climáticas constituem uma variável incontornável na análise da agropecuária contemporânea. Seus impactos já são perceptíveis, especialmente na agricultura, e tendem a se intensificar nas próximas décadas. Ignorar essa realidade comprometeria a capacidade do país de se adaptar às novas demandas impostas pelo contexto global. Nesse sentido, quanto mais célere for o processo de transição da agropecuária brasileira rumo a modelos

produtivos mais sustentáveis e resilientes, maiores serão as possibilidades de garantir a segurança alimentar no futuro próximo.

À luz dessas reflexões, para um país cujo protagonismo no setor agroalimentar é amplamente reconhecido no cenário internacional, como o caso do Brasil, torna-se imprescindível buscar um equilíbrio entre as demandas internas de abastecimento alimentar da população e as pressões oriundas dos mercados internacionais. Tal equilíbrio revela-se necessário não apenas do ponto de vista econômico, mas também como forma de assegurar o respeito aos direitos humanos, especialmente no que se refere ao acesso regular a alimentos seguros e de qualidade.

#### **4. O AGRONEGÓCIO E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: O CAMPO E AS EXPORTAÇÕES**

A noção de segurança alimentar emergiu pela primeira vez de forma documentada em 1914, no contexto da Primeira Guerra Mundial, quando foi concebida como uma estratégia logística voltada ao abastecimento das forças armadas. Com o passar das décadas, o conceito foi gradualmente ampliado e apropriado por organismos multilaterais, notadamente a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), passando a constituir um dos principais referenciais normativos na promoção dos direitos humanos. De acordo com a FAO (2021), segurança alimentar corresponde à situação em que todos os indivíduos, de maneira permanente, possuem acesso físico, econômico e social a alimentos seguros, em quantidade e qualidade suficientes para a manutenção de uma vida ativa e saudável.

No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 incorporou o direito à alimentação no rol dos direitos sociais, elevando-o à condição de fundamento

da cidadania. Nesse sentido, a dignidade da pessoa humana torna-se *conditio sine qua non* para a efetivação do direito à vida e à saúde (Colucci; Tonin, 2010).

Cabe destacar que a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares configura requisito essencial para garantir não apenas a segurança alimentar das gerações atuais, mas também a preservação das condições alimentares das futuras gerações. Tal sustentabilidade vincula-se a estratégias globais de desenvolvimento, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. O ODS 1 visa à erradicação da pobreza em todas as suas formas, enquanto o ODS 2 propõe a eliminação da fome e o fomento à agricultura sustentável como fundamentos para assegurar a soberania alimentar global (ONU, 2017).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em seu Artigo 25, reconhece o direito à alimentação adequada como parte integrante do direito à vida digna, conferindo-lhe o *status* de direito humano fundamental (UNICEF, 1948). Assim, garantir a segurança alimentar demanda observar critérios normativos e operacionais que envolvem: a disponibilidade regular de alimentos, o acesso físico e econômico à alimentação saudável e segura e o cumprimento de padrões sanitários e nutricionais. Tais requisitos são indispensáveis para a proteção da saúde pública e para a efetivação dos direitos fundamentais (UNICEF, 2022).

Nos últimos anos, o cenário global da segurança alimentar tem se agravado em decorrência de múltiplos fatores estruturais e conjunturais, entre os quais se destacam: os efeitos persistentes da pandemia de COVID-19, a alta dos preços internacionais de alimentos e a intensificação da especulação financeira sobre *commodities* agroalimentares. No caso brasileiro, a elevação das receitas provenientes

da exportação de *commodities* agrícolas, somada à concessão de subsídios e incentivos fiscais, fortaleceu a especialização produtiva em culturas voltadas predominantemente ao mercado externo. Esse processo, com características de reprimarização econômica, compromete a diversidade produtiva e afeta negativamente o abastecimento interno.

A crescente fragmentação dos mercados agroalimentares internacionais – intensificada pela proliferação de acordos bilaterais e multilaterais – exige metodologias de avaliação mais robustas e interdisciplinares. No entanto, tais análises têm sido frequentemente conduzidas de forma inadequada, o que pode resultar na formulação de políticas públicas desalinhadas dos princípios que orientam a segurança alimentar e nutricional (Castilho *et al.*, 2019).

A análise crítica do protagonismo de grandes corporações transnacionais revela que a atual estrutura oligopolista do sistema agroalimentar afeta diretamente a formação de preços e distorce os mecanismos de oferta e demanda, com implicações graves para a segurança alimentar global. Castells (2018) argumenta que, diante da crescente demanda por alimentos e agrocombustíveis, os Estados nacionais vêm articulando estratégias – muitas vezes via conglomerados supraestatais – para garantir o abastecimento de seus mercados domésticos. Essa lógica reforça a pressão sobre os recursos naturais e intensifica as desigualdades globais.

As mudanças climáticas, por sua vez, têm alterado profundamente a geopolítica do comércio internacional. A elevação dos preços dos alimentos, impulsionada por eventos climáticos extremos e pela instabilidade cambial, motivou a adoção de medidas como a restrição às exportações, o estímulo à importação e a desoneração tributária de produtos alimentares, com o intuito de proteger populações vulneráveis (Hespanhol;

Hespanhol, 2010).

Diversos fatores afetam os preços dos produtos agroalimentares e impactam diretamente a segurança alimentar no Brasil. A modernização do campo, ancorada na expansão da produção em larga escala, consolidou o país como um dos maiores produtores mundiais de alimentos. Supunha-se que esse avanço produtivo levaria à superação da fome, mas tal expectativa não se concretizou plenamente.

Ocorre, na prática, um processo de homogeneização produtiva: áreas antes destinadas à policultura foram convertidas em monoculturas de grande escala voltadas à exportação. Grandes extensões de terra concentram-se sob o controle de poucos grupos econômicos, o que favorece a produção de *commodities* – como a soja – e fragiliza a oferta de alimentos destinados ao consumo interno. Costa (2017) aponta que a produção de soja no Brasil é majoritariamente orientada por interesses de grupos econômicos internacionais, o que favorece a concentração de capital e restringe o acesso da população brasileira a alimentos básicos.

A compreensão das consequências desse modelo exige uma leitura mais ampla dos mecanismos geopolíticos contemporâneos. Ayerbe (2002) salienta que o domínio estratégico de recursos produtivos nos países periféricos integra os objetivos das grandes potências, que se articulam por meio de corporações multinacionais e instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas entidades exercem influência direta sobre as políticas de desenvolvimento, frequentemente perpetuando relações de dependência estrutural.

Ianni (1997) reforça essa crítica ao analisar a intensificação do processo de transnacionalização dos meios de produção, que tende a comprometer a soberania decisória dos Estados nacionais. A mundialização da

economia, segundo o autor, impõe limites à ação estatal ao subordinar, em grande medida, as políticas públicas às lógicas de mercado e aos interesses de grandes conglomerados privados, frequentemente distantes das necessidades sociais mais urgentes.

Historicamente, o Brasil deu preferência ao atendimento da demanda externa por alimentos e produtos agrícolas. Tal orientação pode ser observada desde o período colonial e ‘entre guerras’, quando o país buscava enfrentar o recorrente estrangulamento da balança de pagamentos. Nas décadas recentes, entretanto, com ampliação das políticas sociais, as diretrizes estabelecidas pela Constituição de 1988 e o fortalecimento das reservas internacionais, torna-se pertinente reavaliar essas escolhas e direcionar maior atenção às demandas do mercado interno. Nesse contexto, ganham relevância as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que demandam ações contínuas capazes de estruturar, de forma articulada, os diferentes segmentos envolvidos na produção, distribuição e acesso aos alimentos.

No âmbito institucional, a organização dessas políticas, especialmente na esfera federal, por vezes apresenta fragilidades, pois condução encontra-se distribuída entre setores do governo (assistência social, agricultura, saúde, educação). Essa fragmentação tende a prejudicar a continuidade das ações, a padronização de normas e procedimentos. Nas esferas estadual e municipal, as limitações administrativas e os conflitos institucionais acabam, muitas vezes, potencializando tal caráter instável (Vasconcellos; Moura, 2018). Como exemplo de descontinuidade, temos a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que extinguiu o CONSEA, posteriormente convertida na Lei nº 13844/2019). Como resultado, muitos programas estaduais ou municipais tiveram contratos interrompidos, o que afetou a execução das políticas de

SAN, bem como os produtores e beneficiários envolvidos.

Diante desse cenário, torna-se fundamental incorporar a segurança alimentar como eixo estruturante das políticas públicas de desenvolvimento. Isso implica garantir a todos os cidadãos o acesso contínuo a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, em consonância com os princípios da justiça distributiva e da equidade intergeracional.

No caso brasileiro, dois obstáculos centrais comprometem a concretização desse objetivo: (i) a acentuada desigualdade de renda, que limita o acesso de parcela significativa da população à alimentação adequada; e (ii) a descontinuidade de políticas públicas eficazes e estruturantes, frequentemente condicionadas a agendas de curto prazo ou a ciclos eleitorais. Embora diversas iniciativas tenham sido implementadas nas primeiras décadas do século XXI, seus efeitos ainda se mostram insuficientes para reverter de forma consistente o quadro de pobreza e fome, agravado, mais recentemente, pelos impactos socioeconômicos da pandemia de COVID-19.

Nesse sentido, o enfrentamento da fome exige políticas públicas integradas que promovam geração de emprego, qualificação profissional, redistribuição de renda, investimentos em educação de qualidade e fortalecimento das capacidades institucionais do Estado. Embora experiências passadas ofereçam lições importantes, a superação dos desafios alimentares no Brasil depende da capacidade de formular e adaptar permanentemente políticas coerentes com a complexidade territorial, social e econômica de um país continental.

## 5. SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O paradoxo inicialmente apresentado – que evidencia a elevada produção de alimentos no território nacional *versus* a dificuldade de acesso enfrentada por parcelas empobrecidas da população – configura-se como um *factum probatum*. Nesse contexto, persiste a necessidade de programas de ampla abrangência e efetividade voltados ao combate à insegurança alimentar no país. O resultado desse quadro histórico tem sido, reiteradamente, a administração da pobreza e da fome, e não sua superação. Tal dinâmica acaba por favorecer, em muitos casos, a manutenção de estruturas de poder associadas ao enriquecimento de oligarquias políticas e econômicas, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Reconhece-se, nesse contexto, o esforço de governos anteriores em lidar com o problema. Contudo, impõe-se um adendo: diante das receitas obtidas entre os anos de 2021 e 2024, conforme dados do Impostômetro, observa-se o seguinte: 2021 – R\$ 2,59 trilhões; 2022 – R\$ 2,89 trilhões; 2023 – R\$ 3,06 trilhões; 2024 – R\$ 3,63 trilhões. Totalizam-se mais de R\$ 12 trilhões arrecadados em impostos ao longo de quatro anos. Considerando a dimensão continental do país e seus múltiplos desafios, é plausível questionar se esse montante é realmente insuficiente. Acredita-se que, com gestão pública eficiente, os recursos disponíveis possam viabilizar programas estruturantes de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em escala nacional.

Desse modo, considerando a disponibilidade de alimentos e recursos capazes de viabilizar sua oferta à população que deles necessita, bem como a existência de tecnologias sociais já testadas e de amplos contingentes populacionais em situação de vulnerabilidade, torna-se fundamental que a sociedade fortaleça e assegure maior densidade e

continuidade às políticas de SAN. Tal esforço é necessário mesmo diante das resistências de determinados grupos de interesse que se posicionam contrariamente a essas políticas, seja por interesse no recurso, por considerarem desnecessárias ou outras razões.

Nesse sentido, os debates sobre segurança alimentar, especialmente no que se refere à persistência da fome e da miséria no Brasil, têm sido historicamente impulsionados por organizações da sociedade civil. Já na década de 1930, Castro (1965) chamava a atenção para a gravidade desses fenômenos sociais no país, ao desenvolver uma abordagem científica voltada à compreensão daquilo que julgava uma das faces mais severas do subdesenvolvimento nacional: a fome. Segundo ele, a desigualdade no desenvolvimento humano reflete o lado mais sombrio desse flagelo. Ao destacar um paradoxo relacionado a esse fenômeno, o pensador afirma que a fome na Índia, no Peru, em São Domingos ou no Nordeste do Brasil, embora se manifeste como um problema localizado em áreas subdesenvolvidas, é, contraditoriamente, uma consequência das doenças da civilização moderna. A fome é um resultado indireto do crescimento econômico desequilibrado que gera problemas socioeconômicos como: desigualdade de renda e pobreza; infraestrutura deficiente; desemprego e subemprego oriundos de setores que não se desenvolvem adequadamente (Castro, 1965).

Ao trazer o debate para a atualidade, Campello *et al.* (2022) enfatizam que se devem levantar mais reflexões e análises sobre a fome. Segundo os autores, reportando as conclusões de pesquisadores em um círculo debatedor realizado em seminário na USP, são quatro consensos que perpassam o problema da fome no Brasil: o primeiro é a relevância do Estado enquanto agente regulador; o segundo é a ligação existente entre fome, pobreza e desigualdade, fazendo do país um dos

maiores concentradores de terras (latifúndios) e de rendas do mundo; o terceiro é uma consequência do segundo, unido à falta de responsabilidade com a biodiversidade e o meio ambiente (crise climática); e o quarto “[...] a fome como um projeto político-ideológico em um Brasil de abundâncias. Enquanto houver incentivo à produção de *commodities* [...]”, em contraposição de políticas públicas que priorizem a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros, a questão da fome não será sanada. Mas as colheitas estarão sempre batendo recordes (Campello *et al.*, 2022, p. 3-5).

Considerando as críticas realizadas até o momento, salienta-se que as primeiras iniciativas de segurança alimentar do Brasil foram desenvolvidas por especialistas sob a liderança de José Gomes da Silva e instituída pelo Partido dos Trabalhadores (PT) após derrota sofrida nas eleições de 1989. O objetivo era o de fiscalizar as medidas feitas pelo presidente Fernando Collor de Mello. A abordagem tinha como fundamento uma proposta de política de abastecimento alimentar de 1986. Ela estava em conformidade com a concepção de segurança alimentar da FAO. Anos depois, em 1993, influenciou diretamente a constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Este último, durante a gestão do presidente Itamar Franco, tornou-se um órgão essencial vinculado à Presidência da República (Takagi, 2006).

Albuquerque (2009) afirma que uma relevante estratégia para combater a (in)segurança alimentar no país estaria na relação entre políticas públicas e direitos humanos. A autora pondera que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem inter-relação com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Um aspecto desse entendimento estar-se-ia no fato de que a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN),

aprovada em setembro do ano de 2006, colaborou para normatizar o DHAA, abrindo espaço para que “fosse possível a exigibilidade do DHAA no Brasil” (Albuquerque, 2009, p. 897). A partir disso, a questão legal passaria embasar-se em benefício de políticas públicas alinhadas ao combate à insegurança alimentar.

A autora reflete que a partir do governo Lula um novo paradigma emerge e avanços consideráveis ocorrem nas políticas sociais de segurança alimentar. Mas existem componentes que precisam ainda ser incluídos. Um componente é o de incorporar princípios de dignidade humana, de participação e transparência, buscando simbiose entre políticas públicas e direitos humanos. Outro é o entendimento de que o ser humano deve reconhecer-se enquanto “sujeito de direito [...] compreendido como um sujeito sócio-histórico-cultural [...] como um titular de direitos, para o qual seus direitos fundamentais têm de ser assegurados” (Albuquerque, 2009, p. 899).

Ainda nesse contexto, é ímpar esclarecer o caráter amplo e, por vezes, controverso do conceito que envolve as pesquisas acadêmicas sobre SAN, já mencionado anteriormente, para que não ocorram confusões interpretativas. Segundo Anjos e Brulandy (2010, p. 19), os estudos dessa área possuem amplitude e abarcam inúmeros subgrupos:

Os autores identificaram diferentes subgrupamentos temáticos no âmbito das pesquisas sobre SAN (1) segurança do alimento no que se refere à qualidade sanitária; (2) alimentação saudável e estado nutricional de diferentes segmentos populacionais; e (3) direito humano à alimentação adequada e análise de macropolíticas.

Concomitante a essa ecleticidade de subgrupos, tem-se uma amplitude de temáticas nesse campo disciplinar, ou melhor, interdisciplinar. Para Anjos e Brulandy (2010, p. 19-20), os temas vão desde estudos sobre

escassez de produção, fome e falta de acesso à alimentação adequada até “a dimensão da sustentabilidade social, ambiental, política e econômica dos sistemas produtivos de alimentos”, ou “a prevenção de doenças como obesidade, carências de micronutrientes, dentre outros”.

Outro autor que trata do conceito é Valente (2002). Segundo ele, durante a segunda metade da década de 1980 e a primeira da década de 1990, houve transição da discussão sobre a fome para a de segurança alimentar e nutricional. Naquele período, o conceito de segurança alimentar se expandiu e passou a incluir, além das esferas da produção agrícola e do abastecimento, as dimensões do acesso e da qualidade dos alimentos, bem como as carências nutricionais. Esses avanços permitiram uma mudança no paradigma, trazendo para o centro da discussão a formulação de políticas públicas por meio da criação de mecanismos compensatórios para as camadas da população ameaçadas pela fome. Ao mesmo tempo, relegaram a um segundo plano as discussões sobre problemas de regulação do mercado pela oferta e demanda.

Assim, o recorte nesta abordagem evidencia os paradoxos relacionados à segurança alimentar, que precisam ser melhor compreendidos, estudados, debatidos, almejados. O objetivo é propor alternativas eficientes e economicamente viáveis para empresas e sociedade, colaborando para resolver problemas da agroindústria alimentar e reduzir as desigualdades no acesso a alimentos saudáveis pela população. Trata-se de uma demanda urgente, que requer avanços significativos.

No Brasil, com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), originado em 2003 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – parte do Projeto Fome Zero –, avanços fundamentais para a implementação

do acesso de alimentos para a população foram efetivados. O PAA visava garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar por meio da articulação entre produção e mercados institucionais, ou pela formação de estoques estratégicos. Notadamente, na modalidade “Compra com Doação Simultânea” (CAEAF), o programa adquiriu alimentos produzidos por agricultores familiares e os distribuiu às pessoas em situação de vulnerabilidade social, atendidas por instituições como escolas, creches e abrigos. A execução do programa exigiu a constituição de uma rede interinstitucional complexa, conectando produtores, consumidores e agentes estatais, em distintas esferas – do nível nacional ao local, resultando atualmente desdobramentos, como, por exemplo, “[...] na implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (Decreto nº 11.822/2023) [...]” (Brasil, s.d.).

O PAA altera a situação histórica de se ter a produção alimentar do país voltada exclusivamente para o mercado externo, configurando-se como uma política de compras e pagamentos regulares que estabelece certa estabilidade de mercado e rompe, ao menos parcialmente, essa negligência anterior. Entretanto há outros aspectos que precisam ser enfrentados: o setor ainda é menos desenvolvido tecnologicamente, apresenta fragilidade financeira e possui baixa inserção nas cadeias de mercado, tanto a montante quanto a jusante.

Somados aos debates, salienta-se que essas iniciativas foram fundamentais para o amadurecimento das políticas públicas de segurança alimentar. Trabalhos realizados tanto pela antropóloga Ruth Cardoso (governo FHC) como pelas atuações governamentais dos presidentes Lula e Dilma cumpriram, em suas respectivas possibilidades, ações que mitigaram a insegurança alimentar do Brasil.

No estudo *Política Nacional de Alimentação e Nutrição* (Brasil, 2013), conduzido pelo Ministério da Saúde, identifica-se que, nas últimas décadas, a sociedade brasileira vivenciou transformações significativas tanto nos padrões alimentares quanto no consumo de alimentos. Destaca-se, adicionalmente, o aprimoramento do arcabouço legal e dos documentos orientadores relacionados à segurança alimentar, a exemplo do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Tais normativas foram fundamentais para a formulação e o direcionamento de políticas públicas voltadas à segurança alimentar em âmbito nacional.

Apesar dos avanços, a manutenção de “currais eleitorais” compromete o desenvolvimento regional e nacional. Frente aos desafios da era tecnológica, torna-se urgente repensar o modelo político vigente. A superação desse cenário exige mudança de mentalidade e maior compromisso com políticas públicas eficazes. A segurança alimentar depende, portanto, de uma nova mentalidade e lógica sociopolítica. Adicionado a esses problemas, segundo as reflexões de Leite e Leite (2022, p. 530), “[...] de acordo com a FAO, desde 2019, observa-se um movimento contrário ao anterior: o Brasil voltou a figurar entre os países que enfrentam dificuldades para garantir à sua população níveis satisfatórios de alimentação”. Ou seja, para esses autores, mais especificamente entre os governos Temer e Bolsonaro, ocorreram processos de desinvestimentos nas políticas voltadas à segurança alimentar. Como consequência, intensificaram-se fatores de instabilidade em políticas que já apresentavam fragilidades estruturais, afetando a continuidade de programas, contratos estabelecidos, produtores envolvidos e, principalmente, as populações que dependem dessas iniciativas para garantir o acesso à alimentação e para evitar situações de fome.

Do local ao nacional, o desinvestimento e desmonte destas políticas públicas, especialmente no Governo Temer e no Governo Bolsonaro, tem gerado uma situação de insegurança e descontinuidade do trabalho exercido também pelas equipes e instituições que atuam nas PPAFs, em especial a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e as Secretarias Municipais, resultando num contexto de menor apoio a estas(es) agricultoras(es) tanto para renovação de documentos como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), visitas para assistência técnica, suporte para participar de PPAF, entre outros. (Leite; Leite, 2022, p. 533)

Zanini e Schneider (2016, p. 244) ressaltam que “cabe aos países elaborar políticas públicas que possam considerar e compreender essa maior complexidade dos fatos, assegurando assim aos cidadãos seus direitos básicos”. Diversas nações ao redor do mundo reconhecem que garantir o acesso da população a alimentos seguros constitui um elemento fundamental para estabilidade social e desenvolvimento econômico. Assim, a implementação de ações voltadas ao enfrentamento desses desafios são essenciais e devem abranger todas as etapas do sistema alimentar, desde a produção agrícola até os processos de distribuição e o consumo dos alimentos. Nesse processo, a participação do setor privado é crucial para complementar e potencializar os esforços governamentais.

Além do exposto, políticas públicas voltadas à garantia do acesso à alimentação por famílias em situação de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que buscam incentivar a agricultura familiar no Brasil, frequentemente apresentam resultados aquém do esperado. Para Grisa (2009), uma possível causa para esses resultados está na formulação e na implementação de projetos com base em um modelo de gestão *top-down*, ou seja, “de cima para baixo”. Esse modelo é caracterizado pela limitada participação dos atores locais na definição dos objetivos e das estratégias, bem como pela ausência de consideração das

percepções dos próprios beneficiários acerca da pobreza e do desenvolvimento.

Conclui-se que as transformações elencadas, em termos de políticas alimentares, podem ser reconhecidas como um começo, entretanto revelam-se insuficientes para enfrentar séculos de desequilíbrio de uma economia historicamente moldada para atender ao mercado estrangeiro, em detrimento do cuidado de seus próprios pares (mercado interno).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar de temáticas tão diversas e relacioná-las constitui uma tarefa desafiadora, a qual esta análise se propôs a enfrentar. Comércio internacional, segurança e insegurança alimentar, desenvolvimento, agricultura e acesso a alimentos foram os principais eixos que nortearam as discussões e as pesquisas aqui apresentadas.

O Brasil possui grande potencial para superar as mazelas relacionadas à insegurança alimentar que afetam parte significativa de sua população. No entanto, essa superação requer ajustes significativos nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, os quais devem estar ancorados em vontade política e em uma definição mais clara do papel que o país deseja desempenhar no cenário global, especialmente diante das assimetrias competitivas impostas pela globalização econômica. Nesse sentido, torna-se necessário conferir maior objetividade, continuidade e perenidade a tais políticas, bem como precisa enfrentar um longo histórico de priorização do setor externo em detrimento das necessidades dos cidadãos brasileiros, sobretudo dos grupos em situação maior vulnerabilidade, frequentemente expostos à ameaça da fome.

Nesse contexto, é imprescindível que a comunidade acadêmica, a sociedade civil e os gestores públicos estejam alinhados na construção de estratégias integradas e sustentáveis. A superação da insegurança alimentar exige não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade política e compromisso social.

Sob a perspectiva de fatores exógenos, o cenário internacional apresenta desafios, como também oportunidades que podem ser aproveitadas mediante planejamento estratégico. Reavaliar modelos, fortalecer capacidades locais e ampliar o acesso a recursos são caminhos viáveis. A ciência, nesse cenário, desempenha papel central na formulação de políticas públicas mais eficazes e equitativas.

As análises tornam-se ainda mais polêmicas quando se consideram as pressões exercidas por *lobbies* de corporações transnacionais e países desenvolvidos sobre as economias em desenvolvimento, bem como o patrimonialismo praticado por elites nacionais. Essa perspectiva demandaria uma investigação mais aprofundada, sobretudo em um contexto globalmente interconectado, o que extrapola os limites deste artigo.

Outro ponto sensível diz respeito à dificuldade de avanço nos debates acadêmicos acerca do uso de inseticidas e demais substâncias químicas potencialmente cancerígenas na produção de alimentos no Brasil – mesmo diante da evidência de uma epidemia de câncer que acomete o país e o mundo. Sabe-se que a produção agrícola nacional é suficiente para alimentar três a quatro vezes mais pessoas do que a população brasileira. Essa realidade impõe uma responsabilidade de grande envergadura no contexto global. Embora o presente artigo não se aprofunde nessas questões, reconhece-se a relevância de pesquisas futuras sobre o tema.

Conclui-se que estudos mais aprofundados sobre os temas aqui tratados poderão contribuir significativamente para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, para a garantia do direito à segurança alimentar. Em outras palavras, ainda há um vasto campo de investigações a serem exploradas.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 895-903, 2009.
- ANJOS, L. A.; BURLANDY, L. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 19-30, 2010.
- AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002. Disponível em: [http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao\\_leitura/4ayerbe.pdf](http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/4ayerbe.pdf). Acesso em: 18 ago. 2024.
- BOLETIM INFORMATIVO. Brasil: gigante do agro com poucos subsídios. **Sistema FAEP**, Ano XXXIV, n. 1465, 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. (s.d.) Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de

- Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.272**, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm). Acesso em: 14 jul. 2024.
- CAMPELLO, T.; NASCIMENTO, R. C. do; MARTINS, A. P. B.; YAMAOKA, M. Novas geografias: atuais e antigos dilemas da fome. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 29, n. 00, p. 1-7 e022006, 2022.
- CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CASTILHO, M; THULER, L; COSTA, K. V. A especialização geográfica e setorial das exportações brasileiras segundo o comércio em valor adicionado. *In*: ENEI – ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO, 4., set. 2019, Campinas. **Conference Paper** [...]. Campinas, p. 1-22, 2019.
- CASTRO, J. de. **Geopolítica da fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1965.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COLUCCI, M. da G.; TONIN, M. M. Direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional da criança e do adolescente. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 19., 2010, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, 2010.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Produção de grãos é estimada em 330,3 milhões de toneladas na safra 2024/25**. Brasília: CONAB, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br/assuntos/noticias/producao-de-graos-e-estimada-em-330-3-milhoes-de-toneladas-na-safra-2024-25>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- COSTA, S. M. G. da. Agronegócio, produção de alimentos e segurança alimentar na América Latina. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, p. 149-156, 2017.
- CUNHA, A.; LÉLIS, M.; LINCK, E. Flutuações no nível de atividade e os ciclos de preços de commodities: evidências para o Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 41, n. 3, 2021.
- FAO. **FAOSTAT: Crops and livestock products database**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat>. Acesso em: 10 mar. 2026.
- FAO. **G20 Leaders' Summit**. 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/g20-leaders-summit-31-10-2021/en>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Transforming food systems for food

- security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb5409en>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2025: Addressing high food price inflation for food security and nutrition**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2025. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/4b1f7d26-267d-4a81-aed4-4f9de4d93f85>. Acesso em: 10 mar. 2026.
- GREMAUD, A. P. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2018.
- GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). Grupo de pesquisa: Políticas sociais para o campo. *In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER)*, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre, jul. 2009.
- HESPANHOL, N. A.; HESPANHOL, R. A. M. Os efeitos da elevação dos preços das commodities agrícolas sobre a segurança alimentar. **Revista Faz Ciência**, v. 12. n. 15, p. 73-94, 2010.
- IANNI, O. A política mudou de lugar. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 3, 1997.
- IMPOSTÔMETRO. **Arrecadações de 2021 a 2024**. Disponível em: <https://impostometro.com.br>. Acesso em: 5 maio 2025.
- LEITE, M. L. dos S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 3, p. 528-538, 2022.
- MALUF, R. S. **Comer em tempos de pandemia e após**. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portal.ufrjr.br/wp-content/uploads/2020/04/MalufR-Comer-em-tempos-de-pandemia-e-ap%C3%B3s.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. **Mudança climática, energia e meio ambiente: o agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), 2021.
- ONU – Organização das Nações Unidas. Fome Zero e Agricultura Sustentável. *In: Documentos Temáticos: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: ONU, 2017.
- PANITH, L; GINDIN, S. **The making of global capitalism: the political economy of American Empire**. London/New York: Verso, 2012.
- TAKAGI, M. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: UNICEF Brasil, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- UNICEF. **Relatório da ONU: números globais de fome subiram para cerca de 828 milhões em 2021**. 2022. Disponível

em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-numeros-globais-de-fome-subiram-para-cerca-de-828-milhoes-em-2021>.  
Acesso em: 21 abr. 2025.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELLOS, A. B. P. A.; MOURA, L. B. A. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. e00206816, 2018.

ZANINI, E.; SCHNEIDER, M. B. Restaurantes populares em Toledo: um programa de desenvolvimento. **Economia e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 27, n. 2, 2016.

Recebido em: nov, 26, 2025

Aceito em: mar, 31, 2026